



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 5/2024 da CCJR sobre o Projeto de Lei Complementar nº 06/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que estabelece o Plano Diretor do Município de Pariquera-Açu.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE

1. O projeto em epígrafe estabelece o Plano Diretor do Município de Pariquera-Açu, revogando integralmente a Lei Complementar nº 41/2008 que dispõe sobre o tema.

2. Na Mensagem consta o seguinte:

“(…) O presente projeto se justifica ante a obrigatoriedade de atualização do atual plano diretor, contudo, como foram muitas as alterações, necessário se fez a elaboração de um novo plano diretor, revogando-se na íntegra a Lei Complementar nº 41 de 18 de março de 2008 (numeração retificada). Importante consignar que o presente projeto de lei foi precedido de pesquisa de opinião junto a população e três audiências públicas, bem como a análise de grupo técnico composto por servidores da prefeitura e aprovação das minutas pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Juntamente com a presente projeto de lei, serão encaminhadas a Câmara Municipal as minutas da expansão urbana, zoneamento, parcelamento de solo, sistema viário e código de obras. (...)”

3. Acompanham a proposta o anexo 1 (Mapa de Macrozoneamento do Município), e o anexo 2 (Perímetro Urbano e Zona de Expansão Urbana)

4. Durante a tramitação da matéria foram solicitados documentos complementares ao Poder Executivo, tais como as atas das audiências públicas realizadas para



debate do projeto de lei complementar; estudos técnicos que deram base para a edição do novo Plano Diretor, inclusive com as manifestações dos Conselhos Municipais, os quais foram encaminhados a esta Comissão e juntados ao processo legislativo.

5. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR (AD HOC) - conforme deliberado e registrado em ata na reunião da CCJR do dia 06/03/2024.

6. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, redação e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.

7. A matéria se insere na competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da CF/88.

8. A iniciativa legislativa é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme Artigo 45 da Lei Orgânica Municipal¹.

9. **No que se refere à técnica legislativa**, a proposta observa os preceitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

10. A **espécie legislativa** está em conformidade com o Artigo 47 da Lei Orgânica Municipal.²

11. Quanto à **juridicidade**, não há óbice para a deliberação da proposta, pois não há qualquer vício de inconstitucionalidade formal ou material.

12. A matéria foi objeto de amplo debate através de audiências públicas, discussão nos grupos de trabalho e conselhos competentes e está fundamentada em estudos específicos disponíveis para consulta, elaborados por empresa de consultoria contratada pelo Poder

¹ **Artigo 45** - Compete privativamente ao Prefeito, dentre outros, a iniciativa de leis que disponham sobre: (Redação dada pela Emenda nº 027/2013). (...) IV - **organização administrativa**, matéria tributária e Orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

² Artigo 47 - São objetos de Leis Complementares as seguintes matérias: (...) VI - Plano Diretor.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

Executivo, que tratam sobre a alteração dos seguintes diplomas legais: Lei do Plano Diretor, Lei do Perímetro Urbano, Lei de Zoneamento, Lei do Parcelamento do Solo, Lei do Sistema Viário, Código de Obras.

13. No mérito, a proposta é de grande relevância, visto que tem o objetivo de promover o ordenamento municipal, de modo a viabilizar o crescimento econômico e social, trazendo benefícios diretos e indiretos à população.

14. Por fim, registramos que, para que a presente proposição seja aprovada será necessário o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara (seis votos), em 2 (dois) turnos de votação, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas entre as votações, nos termos do disposto no art. 48 da Lei Orgânica Municipal.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade e legalidade da proposta, pelo que somos **FAVORÁVEIS** a sua deliberação e aprovação pelo plenário da Câmara Municipal.

Sala das Comissões, 08 de março de 2024.

JORGE CARAI

Relator *Ad Hoc*

PELAS CONCLUSÕES:

CARLINHOS ASSPA

Presidente

RODRIGO MENDES

Relator da CCJR

CONTRÁRIO

O RELATOR RODRIGO É CONTRÁRIO AO REFERIDO
PARECER N. 5/2024 DO PLANO DIRETOR, POIS O QUE FOI
AFIRMADO PELO PRESIDENTE CARLINHON E VEREADOR JORGE
CARAI' NA RESPOSTA ENVIADA PELO PREFEITO E ABORDADA
NESTE PARECER NO ITEM 4, NÃO FORAM ENCAMINHADA
NEM AS ATAS DA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, TÃO POUCO A MANIFESTA
DOS CONSELHOS COMPETENTES. NO ITEM 12 VALE RESALTAR
QUE NÃO EXISTIU AMPLO DEBATE COM TODOS OS VEREADORES,
POIS, EM REUNIÃO OCORRIDA NO LECOPA (PARA TRATAR DO
PLANO DIRETOR, NÃO HOUVE CONVIITE A TODOS OS VEREADORES.
POIS COMO RELATOR DAS COMISSÕES PERMANENTES EU TENHA
GRANDE INTERESSE NA PARTICIPAÇÃO, PORÉM O CONVIITE NÃO
VEIO. TAMBÉM O PEDIDO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 27.3.24, PARA SOLUÇÃO PROMOÇÃO DE
PRAZO, CÓPIA LEGÍVEL DOS MAPAS DO PERÍMETRO URBANO E
MACROZONEAMENTO, E A REINTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NÃO
ENVIADAS, ALÉM DE REUNIÕES COM A PREFEITURA E A EMPRESA
QUE ELABOROU O ESTUDO, ESTES FORAM NEGADOS PELOS VEREADORES
JUNTO ASSA E JORGE CARAI', O QUE DIFICULTA A ELABORAÇÃO
UM PARECER SÓLIDO E CONFIRMAÇÃO DOS DADOS APRESENTADOS
E É O RELATÓRIO DO MEU VOTO CONTRÁRIO A DEUSEMCA
MATERIA AO PLENÁRIO, ENTENDENDO QUE A MATÉRIA
DEVERIA SER DEVIDA AO AUTOR PARA COMPLEMENTAR
AS INFORMAÇÕES DEVIDAS E AMPUAR OS DEBATES.

2/24

Assinatura: